

LEI MUNICIPAL Nº 6.867, DE 16 DE OUTUBRO DE2008

Autoriza concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contém outras providências.

Art. 1º Com base nas consignações orçamentárias do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios financeiros e contribuições, conforme possibilidade financeira de acordo com art. 16 da Lei 4.320/64 até os valores abaixo descritos (em reais):

Contribuições e Subvenções:

Participação na Associação de Municípios Vale Itapecerica - AMVI	80.000,00
Doações a Entidades Diversas (NR Lei 6.932/09)	170.000,00
Contribuições a Consórcios Públicos	500.000,00
Programas de Apoio a Cons.de Moradores de B. e Assoc. Comum. Rurais.	200.000,00
Qualificação de Pessoal Técnico para o Fundo Municipal de Transportes	5.000,00
Transferências à UNDIME – União Nacional de Dirigentes	
Educação Desenvolvimento de Projetos Educativos nas Escolas Municipais	5.000,00
Manutenção das Hortas e Caixas Escolares	
Repasse Prog. Fortalecimento e Melhoria Qualid. Hospitais – PRO-HOSP	
Repasse ao Prog. INTEGRASUS/IAC - Incentivo da Etapa de Adesão	
Contratualização	2.721.960,00
Manutenção do Programa de Desenvolvimento Industrial	
Contribuição à EMATER – MG	
Apoio Financeiro a Comunidades Rurais	
Promoção de Eventos na Área de Agricultura e Pecuária	
Contribuição ao Esporte Profissional (NR Lei 6.932/09)	
Contribuição ao Esporte Amadorista (NR Lei 6.932/09)	
Promoção e Manutenção de Atividades Esportivas e de Lazer na Escola	
Apoio ao Esporte Especializado	50.000,00
Promoção e Eventos Populares	
Contribuição ao Clube dos Servidores Municipais	40.000,00
Manutenção do Programa de Assistência ao Idoso (FMAS)	
Manutenção do Programa de Assistência ao Deficiente (FMAS)	
Manutenção do Programa CRAS – Centro de Referência da Assistência So	
Manutenção do Programa CREAS - Centro de Referência Especializado	
Social	
Manutenção do Programa PRO JOVEM ADOLESCENTE	
Manutenção do Programa de Assistência ao Menor (FMAS)	1.300.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Manutenção do Programa de Assistência Social Geral (FMAS)	900.000,00
Orientação e Apoio Sócio-Familiar (FMCA)	150.000,00
Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (Núcleo/Creches) (FMCA)	150.000,00
Atendimento a Crianças e Adolesc. em Risco P. e Social(Sent.)(FMCA)	500.000,00
Manutenção Programa (Centro de Convivência) – (FMI)	10.000,00
Manutenção Programa (Centro de Referência) – (FMI)	10.000,00
Manutenção do Programa de Educação e Divulgação Ambiental	
Manutenção e Apoio à Cultura Popular	
Incentivo à Cultura	
Manutenção das Atividades de Planejamento e Controle Orçamentário	30.000,00
Implantação e Manutenção dos Serviços Especializados	96.000,00
Outros Benefícios Assistenciais:	
Manutenção dos Serviços Assistenciais	24.000,00
Auxílio Financeiro a Estudantes:	
Concessão Bolsas Estudos aos Prof. Munic. Ensino Fundamental	20.000,00
Outros Auxílios Financeiros Pessoa Física:	
Tratamento Fora de Domicílio	600.000,00
Apoio ao Esporte Amadorista	3.000,00
Promoção de Eventos Populares	108.000,00
Manutenção do Programa de Assistência Social Geral (Pró Humana)	
Manutenção do Programa de Assistência Social Geral (FMAS)	20.000,00
Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Assistê	encia Social -
(FMAS)	5.000,00
Manutenção do Programa CREAS – Centro de Referência Especializado	da Assistência
Social – (FMAS)	2.000,00
Manutenção do Programa PRO JOVEM ADOLESCENTE	1.000,00
Manutenção e Apoio a Cultura Popular	
Incentivo à Cultura	
TOTALR\$	13.193.960,00

Art. 2º É vedada a concessão de ajuda financeira a qualquer título a empresas com fins lucrativos, salvo se tratar de subvenções cuja autorização seja expressa em lei especial.

Art. 3º Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções, auxílios e contribuições visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional, cultural e desportiva.

Art. 4º O valor do auxílio sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.



Art. 5º A critério da Administração, somente serão concedidos os benefícios desta Lei para as instituições reconhecidas como de utilidade pública municipal e que estejam em dia com a prestação de contas, junto ao Poder Legislativo.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio moradia, auxílio-transporte, auxílios de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos a indigentes e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.

Art. 7° A Contribuição ao PRO – HOSP é um repasse feito pelo Governo do Estado conforme Resolução SES / n° 0499 de 02 de Julho de 2004.

Art. 8º A Contribuição do INTEGRASUS/IAC é uma transferência feita pelo Governo Federal conforma Portaria Nº 1656, de 10 de julho de 2007.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2009.

Divinópolis, 9 de outubro de 2008.

Demetrius Arantes Pereira Prefeito Maria das Dores Manoel Assessora de Governo

Kelsem Ricardo Rios Lima Procurador Geral

Projeto de Lei Municipal nº EM-118/2008 Publicado pelo Jornal Oficial nº 343, de 16 a 19 de outubro de 2008